



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

**GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA PÚBLICA: O CONSELHO ESCOLAR E O PROJETO
 POLÍTICO PEDAGÓGICO COMO INDICADORES DA GESTÃO PARTICIPATIVA**

**DEMOCRATIC MANAGEMENT IN THE PUBLIC SCHOOL: THE SCHOOL COUNCIL AND THE
 PEDAGOGICAL POLITICAL PROJECT AS INDICATORS OF PARTICIPATIVE MANAGEMENT**

**LA GESTIÓN DEMOCRÁTICA EN LA ESCUELA PÚBLICA: EL CONSEJO ESCOLAR Y EL
 PROYECTO POLÍTICO PEDAGÓGICO COMO INDICADORES DE LA GESTIÓN PARTICIPATIVA**

Daniella Fernandes¹, Adriana Milanez Suzigan²

e422826

<https://doi.org/10.47820/recima21.v4i2.2826>

PUBLICADO: 02/2023

RESUMO

Esse trabalho faz uma análise a respeito da implementação do Conselho Escolar e da construção do Projeto Político-Pedagógico (PPP) na escola pública a fim de minimizar a ingerência do Estado e fortalecer a gestão democrática e administrativa e, conseqüentemente, a emancipação pedagógica e participativa, no envolvimento dos seus agentes educativos. Os Conselhos Escolares, quando munidos de funções diretivas, tornam-se corresponsáveis pelo processo educativo, uma vez que, discussões conjuntas geram ações coletivas e o envolvimento de todos, tornando as decisões mais legitimadas e apoiadas pelos envolvidos. Outro indicador de uma gestão democrática e participativa é a elaboração conjunta do Projeto Político-Pedagógico na instituição de ensino, pois quando construído coletivamente, tem a liberdade de, respeitando a legislação vigente, elaborar seu plano com uma identidade própria, fazendo desse documento um guia para as ações educacionais que norteiam o fazer escolar, agora também no Novo Ensino Médio que, com os novos componentes eletivos e formativos, atendem às necessidades dos estudantes também nas particularidades de cada região onde moram, compreendendo que a administração participativa não ocorre espontaneamente, resultando a necessidade de ser provocada e construída por todos os que pertencem à comunidade escolar, protagonistas de discursos e práticas, não apenas como implementadores de ideologias.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão democrática. Projeto político-pedagógico. Conselho escolar.

ABSTRACT

This work analyzes the implementation of the School Council and the construction of the Political-Pedagogical Project (PPP) in public schools in order to minimize State interference and strengthen democratic and administrative management and, consequently, pedagogical and participatory emancipation, in the involvement of its educational agents. School Councils, when equipped with directive functions, become co-responsible for the educational process, since joint discussions generate collective actions and the involvement of all, making decisions more legitimized and supported by those involved. Another indicator of a democratic and participatory management is the joint elaboration of the Political-Pedagogical Project of the educational institution, because when collectively constructed, which has the freedom, respecting the current legislation, to elaborate its plan with its own identity, making this document a guide for the educational actions that guide school activities, now also in the New High School, which in the new elective and training components, meet the needs of students also in the particularities of each region where they live understanding that participatory administration does not occur spontaneously, it needs to be provoked and built by all those who belong to the school community, protagonists of discourses and practices, not only as implementers of ideologies.

KEYWORDS: Democratic management. Political-pedagogical project. School board.

¹ Grupo Escolar Municipal Marlene Pereira Zuchi.

² Escola Estadual Básica Giardini Luiz Lenzi.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA PÚBLICA: O CONSELHO ESCOLAR E O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO COMO INDICADORES DA GESTÃO PARTICIPATIVA
Daniella Fernandes, Adriana Milanez Suzigan

RESUMEN

Este trabajo analiza la implementación del Consejo Escolar y la construcción del Proyecto Político-Pedagógico (PPP) en las escuelas públicas con el fin de minimizar la interferencia estatal y fortalecer la gestión democrática y administrativa y, en consecuencia, la emancipación pedagógica y participativa, en la participación de sus agentes educativos. Los Consejos Escolares, cuando se les otorgan funciones directivas, se convierten en corresponsables del proceso educativo, ya que las discusiones conjuntas generan acciones colectivas y la participación de todos, haciendo que las decisiones sean más legitimadas y respaldadas por los involucrados. Otro indicador de una gestión democrática y participativa es la elaboración conjunta del Proyecto Político-Pedagógico en la institución educativa, porque cuando se construye colectivamente, tiene la libertad, respetando la legislación vigente, de elaborar su plan con identidad propia, haciendo de este documento una guía para acciones educativas que guían el ingenio escolar, ahora también en la Nueva Escuela Secundaria, que, con los nuevos componentes electivos y formativos, satisfacen las necesidades de los estudiantes también en las particularidades de cada región donde viven, entendiendo que la administración participativa no ocurre espontáneamente, lo que resulta en la necesidad de ser provocada y construida por todos los que pertenecen a la comunidad escolar, protagonistas de discursos y prácticas, no solo como implementadores de ideologías.

PALABRAS CLAVE: *Gestión democrática. Proyecto político-pedagógico. Consejo escolar.*

1. INTRODUÇÃO

A escola, como instituição social educativa, tem como primeira função a formação do cidadão crítico e participativo para contribuir conscientemente na sociedade em que vive. É um espaço social e democrático, composto pelos alunos e seus familiares, professores, funcionários e por demais membros da comunidade. Quando o Estado, através de ações políticas coercitivas, ou ainda, ações que impedem ou não estimulam a participação da comunidade dentro do espaço escolar, não oportuniza para que a comunidade onde a escola está inserida participe de forma direta e efetiva nas decisões e nos planejamentos das ações educacionais ali produzidas, essas ações passam a ser entendidas como obrigações ou determinações superiores; há ainda muitas dificuldades para se constituir os conselhos de escola pela falta de interesse da comunidade escolar, por desconhecer o órgão e sua importância e por se sentirem vulneráveis, pais e alunos, com receio de represálias em razão da sua participação contundente. Assim, inibem a participação de todos nos conselhos e planejamentos escolares, produzindo uma sensação de que a contribuição popular e comunitária não é importante para os rumos da educação, ou pior ainda, que não é bem-vinda.

A administração escolar, nela incluída o ato de planejar as ações educacionais, pode ser feita de forma centralizada e autoritária, ou de forma participativa e democrática. Quando ela assume a forma participativa, se trata da Gestão Democrática que permite uma maior eficiência social e educacional nas escolas públicas e, para que isso ocorra, necessita-se de instrumentos que permitam a participação de todos os atores de forma democrática. A gestão democrática na escola pública, necessita do envolvimento político de todos que a compõem, isso é confirmado por Veiga, que afirma: “é preciso desencadear um movimento no sentido de organizar o trabalho pedagógico com base na concepção de planejamento participativo e emancipador” (VEIGA, 1995, p. 124).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA PÚBLICA: O CONSELHO ESCOLAR E O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO COMO INDICADORES DA GESTÃO PARTICIPATIVA
Daniella Fernandes, Adriana Milanez Suzigan

Assim, surge os Conselhos Escolares na democratização da gestão da escola e o Projeto Político Pedagógico (PPP) nessa mesma gestão, que, quando conduzidos, elaborados e executados de forma participativa, têm se mostrado importantes instrumentos de inclusão social e de gestão democrática. É projeto porque nele consta todas as propostas que se pretende executar, político por entender que se trata de um documento construído coletivamente em sociedade, formando cidadãos críticos, responsáveis e conscientes de suas decisões e pedagógico porque direciona as ações para um processo de ensino aprendizagem de qualidade. Assim, a educação estará contribuindo para a efetiva emancipação humana, tanto social quanto individual, desenvolvendo e estimulando as potencialidades do educando, tão necessárias à comunidade em que vivem e no mundo do trabalho, portanto toda a sociedade deve contribuir no ambiente escolar com a devida participação no Conselho Participativo e no PPP da instituição a qual pertençam. Dentre esses desafios, as novas determinações do capital apostam na gestão democrática, indicando que a administração deve ser pensada a partir de determinações concretas mais amplas da sociedade (PEREIRA, 2000). Afinal, a escola pertence e responde à sociedade da qual faz parte, sendo um dos órgãos principais dela, onde o aluno se reconhece como parte integrante de uma primeira comunidade além de sua própria casa, formador de seu aprendizado formal, individual e coletivo, e que o incentiva como cidadão crítico, participativo e ao mundo do trabalho.

2. GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA PÚBLICA

Desde o início da década de 1930, a escola vem lutando pelo acesso a todos os alunos indistintamente e evoluiu muito até chegar aos sistemas de ensino atuais, concretizados através da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº. 9394/96, inclusive atendendo as pessoas com necessidades educativas especiais e os novos componentes eletivos e/ou formativos do Novo Ensino Médio, incluindo a tecnologia no meio pedagógico, a matemática financeira, trilhas pedagógicas e o Projeto de Vida, que estimula o autoconhecimento do aluno e a visão da necessidade de especialização para o mercado de trabalho. Segundo Pereira (2000), o mundo do trabalho acarreta mudanças significativas para o campo educacional, indicando que a escola faz parte de uma totalidade e tende a incorporar a forma como se estruturam as relações de trabalho na sociedade. Isto se dá a partir da relação capital e trabalho, pela qual o modo de produção capitalista confere ao trabalho características que lhe são próprias e que, por consequência, determinam suas relações com a educação. Insere-se aí o processo de globalização da economia que tem na descentralização administrativa a sua forma de organização do trabalho, o que se explica pela complexidade das políticas globais que exigem ajustes frequentes, colocando em xeque as estruturas centrais de poder.

Partindo desses pressupostos, pode-se dizer que a globalização econômica determina novas relações entre o Estado e a sociedade, trazendo novos desafios para as práticas de administração e, naturalmente, para o campo da administração da educação. Segundo Pereira (2000), se



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA PÚBLICA: O CONSELHO ESCOLAR E O PROJETO POLÍTICO
PEDAGÓGICO COMO INDICADORES DA GESTÃO PARTICIPATIVA
Daniella Fernandes, Adriana Milanez Suzigan

entendermos que o trabalho pode ser determinante tanto da educação, enquanto instrumento de formação do cidadão crítico e criativo, como de distanciamento do homem desses propósitos, faz-se necessário apreender a totalidade para que o sujeito se posicione frente à estrutura do capital, no sentido de transformar os espaços de descentralização administrativa em espaços de construção de uma nova racionalidade, de modo que a escola atenda aos interesses da comunidade pelo compromisso com a formação de cidadãos críticos e comprometidos com a transformação social, portanto, a justificativa desse trabalho baseia-se na Educação Básica e no Novo Ensino Médio, que com seus novos componentes eletivos e formativos, vai ao encontro das necessidades dos alunos, nas particularidades da região a qual pertencem. Nesta perspectiva está posta a gestão democrática, pela qual se aposta no interesse e na competência dos profissionais da educação, que, em conjunto com a comunidade, deverão, ocupando este espaço legalmente instituído, empenhando seus esforços no sentido de equacionar seus problemas e de construir uma nova identidade para a escola.

A gestão democrática é o fundamento de toda a reorganização da instituição inserida nas políticas públicas escolar, para o que se buscou identificar as ações coletivas que possam efetivar a construção de processos de projetos pedagógicos efetivos dos agentes educativos, bem como da comunidade escolar; seus espaços e condições de participação social, considerando as dificuldades no devido processo de construção do protagonismo do aluno, para o que se faz necessário, prioritariamente, o engajamento comprometido dos profissionais da educação. Desta forma, um processo de gestão que seja democrático e que objetive a construção da cidadania, não pode ser um processo mecânico e sem compromissos: os professores necessitam renovar-se e reinventarem-se, numa formação educativa-pedagógica contínua e tecnológica, atentos na mediação do processo de ensino-aprendizagem e no protagonismo do estudante contemporâneo.

Para Saviani (1997), a única forma eficiente de alcançar tal emancipação, é diminuir a interferência do Estado sobre os rumos da educação brasileira, dando autonomia (ainda que relativa) com gestão democrática da escola pública, e com isso, condições dela se planejar para atender aos anseios da comunidade da qual faz parte. Segundo Gadotti (1997), há pelo menos duas razões que justificam a implantação de um processo de gestão democrática na escola pública: primeiro, porque a escola deve formar para a cidadania e, para isso, ela deve dar o exemplo. A gestão democrática da escola é um passo importante no aprendizado da democracia: a escola não tem um fim em si mesma, ela está a serviço da comunidade. Nisso, a gestão democrática da escola está prestando um serviço também à comunidade que a mantém. Segundo, porque a gestão democrática pode melhorar o que é específico da escola, isto é, o seu ensino. A participação na gestão da escola proporcionará um melhor conhecimento do funcionamento da escola e de todos os seus atores: propiciará um contato permanente entre professores e alunos, o que leva ao conhecimento mútuo e, em consequência, aproximará também as necessidades dos alunos dos conteúdos ensinados pelos professores. O aluno aprende intensamente quando ele se torna sujeito de sua própria aprendizagem, sendo muito importante participar das decisões que dizem respeito ao projeto da



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA PÚBLICA: O CONSELHO ESCOLAR E O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO COMO INDICADORES DA GESTÃO PARTICIPATIVA
Daniella Fernandes, Adriana Milanez Suzigan

escola, o que faz parte também do projeto de sua vida. Ele só existirá na medida em que forem desenvolvidas a autonomia e a participação de todos, num clima e numa estrutura organizacional compatível com essa prática, visando a emancipação (PARO, 2001). Passa-se muito tempo na escola, para os alunos serem meros clientes dela: não há educação e aprendizagem sem sujeito da educação e da aprendizagem, a participação do aluno pertence à própria natureza do ato pedagógico.

A escola está organizada basicamente em instâncias colegiadas, tais como: Conselho Escolar, Conselho de Classe, Associação de Pais e Professores (APP) e o Grêmio Estudantil. A constituição do Conselho de Escola, que é “um colegiado formado por todos os segmentos da comunidade escolar: pais alunos, professores, direção e demais funcionários” (VEIGA, 1995, p. 49), é o primeiro passo para a autonomia e a gestão democrática da escola pública, sendo o segundo passo, a construção de forma democrática, coletiva e participativa do Projeto Político-Pedagógico.

2.1. O CONSELHO ESCOLAR NA DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO DA ESCOLA

De acordo com o Ministério da Educação, em 1931, com a criação do Conselho Nacional de Educação -CNE- a educação no Brasil deu os seus primeiros passos, os quais nas décadas seguintes foram evoluindo grandemente até o atual CNE, órgão colegiado integrante do MEC (Ministério da Educação), foi instituído pela Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, com a finalidade de colaborar na formulação da Política Nacional de Educação e exercer atribuições normativas, deliberativas e de assessoramento ao Ministério da Educação. Segundo Paro (2001), embalados pelos novos ventos da abertura política e pelas ideias de democratização do país, os atuais conselhos de escola surgiram no início da década de 1980, provocando muitas esperanças de instalação de uma verdadeira democratização no interior da escola pública. Embora essas esperanças estejam muito longe de se concretizarem, não há que se negar que, nessas quase duas décadas de existência dos conselhos, diversos espaços foram conquistados por usuários e servidores das escolas públicas.

Também havia temores, especialmente por parte dos diretores, de que o conselho de escola pudesse representar uma intromissão dos pais, alunos e professores na direção escolar, fazendo os dirigentes escolares perderem seu poder, e inviabilizando uma direção equilibrada da escola. Porém, eles precisam entender que, para dividir a responsabilidade, é preciso dividir também a grande autoridade que detém na escola, diante de servidores e usuários. E essa divisão de autoridade implica formas de convivência no exercício da direção que podem ser democraticamente organizadas por instância de discussão e decisão que lhes deem legitimidade e força. Neste sentido, o conselho de escola deve servir, tanto para a explicitação de alguns conflitos, quanto para sua superação e encaminhamento de medidas negociadas (PARO, 2001).

É preciso destacar as sérias dificuldades que o conselho de escola encontra para constituir-se. O maior dos problemas existentes é o fato de que o conselho tem sido tomado, em geral, como



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA PÚBLICA: O CONSELHO ESCOLAR E O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO COMO INDICADORES DA GESTÃO PARTICIPATIVA
Daniella Fernandes, Adriana Milanez Suzigan

uma medida isolada, descolada de uma política mais ampla e séria, evidenciando muito mais sua face burocrática do que sua inspiração democrática. Para a reversão desse quadro, é preciso que desautorize a atual configuração autoritária da escola, sendo que para alimentar essa nova ideia, basta que se regimente os objetivos éticos da escola em sua função educativa, como atualização histórico-cultural dos indivíduos. Isso significa, antes de tudo, adotar uma concepção de mundo que vê o homem como ser histórico, auto criador de sua humanidade em relação à natureza e com os demais seres humanos. Nessa relação, o homem deve conduzir-se de forma dialógica com os demais indivíduos, seus semelhantes, que, mantida sua condição de sujeito, ao transcender sua necessidade natural, que se constrói pelo trabalho, usufrui de sua própria liberdade. De acordo com tal visão, portanto, não se aceita qualquer tipo de dominação humana, o que se entende principalmente para o campo da educação.

De acordo com Libâneo (2001), outra importante questão a ser enfrentada refere-se à necessidade de uma definição mais precisa das funções do Conselho Escolar, dotando-o de atribuições e competências que o tornem corresponsável pela direção da escola, sem provocar choque de competências com o diretor. O que acontece hoje, é que o diretor como último responsável pela escola, o qual tem de prestar contas diante do Estado, fica temeroso de perder o controle diretivo e acabe respondendo por medidas, tomadas por outros, as quais possa considerar impróprias. Por isso, tem a tendência autoritarista, sendo extremamente autocentrado em todas as medidas tomadas, em particular as do Conselho Escolar. Esse, que em condições normais, deveria existir para auxiliá-lo e colaborar em sua difícil tarefa de administrar a instituição, acaba sendo considerado mais um encargo. Essa situação complica muito o cumprimento das atribuições do conselho, já que passa a depender quase que exclusivamente da vontade do diretor, que detém autoridade suficiente para inviabilizar seu funcionamento.

Libâneo (2001) afirma que uma solução que se poderia imaginar para essa questão é a de dotar o conselho de escola de funções diretivas, semelhantes às que tem hoje o diretor. Dessa forma, o responsável pela escola deixaria de ser apenas o diretor, passando a ser o próprio conselho, em corresponsabilidade com o diretor que dele também faz parte. A vantagem desse tipo de solução é que o Conselho Escolar, na condição de entidade coletiva, fica menos vulnerável, podendo tomar medidas mais ousadas, sem que somente um sujeito assumira o risco de ser punido pelos escalões superiores.

Outro aspecto preocupante da situação atual dos conselhos escolares é a exígua participação dos vários setores da escola e da comunidade em suas reuniões. Segundo Paro (1997), existem dois aspectos dessa baixa participação que merecem registro especial: trata-se, por um lado, da situação de vulnerabilidade que envolve a participação dos usuários no conselho, e por outro, da necessidade do oferecimento de condições mínimas de participação e de exercício da representação por parte dos pais.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA PÚBLICA: O CONSELHO ESCOLAR E O PROJETO POLÍTICO
PEDAGÓGICO COMO INDICADORES DA GESTÃO PARTICIPATIVA
Daniella Fernandes, Adriana Milanez Suzigan

A vulnerabilidade envolve os alunos, que temem ser perseguidos ou punidos por seus professores, bem como os pais, pela preocupação que eles têm de que seus filhos sofram represálias por sua participação mais contundente no conselho, que fira interesses de professores. Essa circunstância, ao que parece, tem sido sistematicamente ignorada pelo profissional escolar em seu tratamento com os pais e mães, supondo uma igualdade de condições que absolutamente não existe. A consciência desse fato deveria levar a que, especialmente diretores e professores, mas também demais funcionários e todos que participam do conselho, procurassem meios de deixar alunos e pais o mais tranquilos possível para fazerem suas críticas e apresentarem seus pontos de vista, sem receios de medidas que prejudiquem aqueles que lhes são caros (PARO, 1997).

A necessidade de oferecimento de boas condições de participação para atrair os pais decorrem de vários fatores, tais como a falta de tempo para participarem das atividades sociais ou eventos da escola, em virtude da vida dura que levam; a falta de locais e de horários para que os representantes do conselho possam se reunir com seus pares para discutirem problemas para serem tratados nas reuniões; a timidez para a participação e até dificuldade de falar em público e de expressarem adequadamente suas ideias; a pouca convicção de que sua participação é importante e que trará resultados.

Diante de todos esses fatores, além da óbvia necessidade de procurar formas de neutralizá-los ou pelo menos mitigar sua influência, diminuindo seus efeitos, é preciso estar alerta para a necessidade de apresentarem bons motivos para que os pais se disponham a enfrentar as dificuldades e se envolvam como representantes nos conselhos. Para Saviani (1997), a autonomia e a gestão democrática da escola pública, se faz necessária para a democratização do espaço escolar e das ações por ela planejadas. Em outras palavras, trata-se de convencer os pais de que as recompensas advindas de seu esforço compensam os custos de sua participação, e para isso, é preciso levar em conta a peculiaridade da participação dos pais na escola. Para o servidor da escola pública, a participação em colegiados, pode-se dizer, faz parte das tarefas de seu trabalho para o qual ele recebe um salário. O mesmo não acontece com os pais e mães de alunos, que, embora devam ter outras motivações para a participação, não têm como atribuições profissionais integrar um Conselho Escolar. É preciso, por isso, não apenas muita força na argumentação, mas também a apresentação de reais vantagens para defender os interesses dos alunos.

Segundo Hora (1994), a criação do conselho de escola torna-se fundamental, pois o processo de discussão nas comunidades escolares implanta a ação conjunta com a corresponsabilidade de todos no processo educativo. Através desse mecanismo de ação coletiva é que efetivamente serão canalizados os esforços da comunidade escolar em direção à renovação da instituição, na busca da melhoria da qualidade do ensino e de uma sociedade humana e mais democrática.

Por meio dessa modalidade de administração participativa, ocorre a extinção de autoritarismo centralizado, a eliminação da diferença entre dirigentes e dirigidos, a participação efetiva dos



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA PÚBLICA: O CONSELHO ESCOLAR E O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO COMO INDICADORES DA GESTÃO PARTICIPATIVA
Daniella Fernandes, Adriana Milanez Suzigan

diferentes segmentos na tomada de decisões, alcançando-se assim o fortalecimento do líder da escola em relação às normas emanadas dos órgãos administrativos centrais (HORA, 1994).

2.2. O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E A GESTÃO DEMOCRÁTICA

O Projeto Político Pedagógico (PPP) foi instituído também pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9394/96. A montagem do seu plano de educação com base em um projeto de vida, deve envolver toda a comunidade, tornando essa escola um local de educação para todos e não apenas para os seus alunos, permitindo com isso, mobilizar essa comunidade na construção de um projeto que permita o surgimento de uma nova sociedade, onde a sua cultura e os seus valores possam ser preservados e ensinados e, que todos possam participar dos rumos dessa nova escola. Esse projeto é o Projeto Político-Pedagógico. Nesse sentido,

O projeto político pedagógico, passa a ser um instrumento democrático para que a comunidade escolar possa se organizar e construir dentro de seu espaço, a sua autonomia, que será o impulsionador da descentralização de suas ações e o fortalecimento de atitudes democráticas e comunicativas. (VEIGA; RESENDE, 1998, p. 113).

Reforçando ainda a posição da necessidade de a comunidade escolar participar do planejamento educacional, citamos Paulo Freire (1997, p. 10), onde ele afirma que:

Todo o planejamento educacional, para qualquer sociedade, tem que responder às marcas e aos valores dessa sociedade. Só assim é que pode funcionar o processo educativo, ora como força estabilizadora, ora como fator de mudança. Às vezes, preservando determinadas formas de cultura. Outras, interferindo no processo histórico, instrumentalmente. De qualquer modo, para ser autêntico, é necessário ao processo educativo que se ponha em relação de organicidade com a contextura da sociedade a que se aplica.

Vasconcelos (2000), considera importante manter o nome de Projeto Político-Pedagógico e não de Projeto Educativo, ou Projeto de Escola, ou mesmo Plano Diretor, porque a palavra Político no nome, lembra a todos que a ação política ocorre nas relações sociais, já que deverá envolver a todos na sua construção, pois a ação política tem a capacidade de aglutinar pessoas em torno de ideias e ideais, sendo essencialmente uma ação democrática e participativa, não podendo ser feito por uma única pessoa ou por um grupo que não represente a totalidade de vertentes e correntes culturais, sociais e políticas que estão presentes na comunidade afetada pela escola onde esse Projeto Político-Pedagógico está sendo construído. Pedagógico por envolver as ações educacionais da escola, do planejamento pedagógico, da elaboração do currículo, das atividades interativas, enfim, de todas as ações que culminem na assimilação do saber historicamente construído e sistematizado pela sociedade.

De acordo com Saviani (1997), o Projeto Político-Pedagógico é um instrumento eficiente e capaz de dar à escola pública, condições de planejar, buscar meios, unir pessoas e recursos na concretização desse projeto, que, antes de tudo, é um projeto de vida, de no mínimo uma geração,



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA PÚBLICA: O CONSELHO ESCOLAR E O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO COMO INDICADORES DA GESTÃO PARTICIPATIVA
Daniella Fernandes, Adriana Milanez Suzigan

que necessita de pessoas envolvidas na sua construção e execução, tendo bem definidas uma visão de cidadão, de sociedade e de mundo, que tenham bem claro, a quem irá formar, para qual sociedade e para qual mundo, devido ao fenômeno da globalização que afeta todo ser humano em qualquer parte do planeta.

Para Gadotti e Romão (1997), no Brasil, a autonomia na escola encontra suporte na própria Constituição Federal, promulgada em 1988, que institui a democracia participativa e cria instrumentos que possibilitam ao povo exercer o poder “diretamente” (JUSBRASIL, Art. 1º). No que se refere à educação, a Constituição de 1988 estabelece como princípios básicos: o “pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas” e a “gestão democrática do ensino público” (JUSBRASIL, Art. 206). Esses princípios podem ser considerados como fundamentos constitucionais da autonomia da escola.

A escola autônoma, não é uma escola sem regra ou sem controle do Estado, a escola autônoma que deseja caminhar para se tornar uma escola cidadã, necessita compreender que a sua autonomia se limita a estabelecer as regras pelas quais ela será gerida, de forma democrática, com a participação de todos os atores envolvidos em suas ações educacionais, porém, essas regras estarão sujeitas a uma lei maior, que em primeiro lugar é a Constituição Federal e a LDB vigente, além das normas do Conselho Nacional de Educação – CNE e do Conselho Estadual de Educação – CEE de seu Estado (GADOTTI; ROMÃO, 1997).

Portanto, uma escola autônoma, é uma escola que teve a liberdade de montar o seu Projeto Político-Pedagógico de forma democrática, obedecendo a legislação vigente, mas acima de tudo, faz desses documentos o seu guia nas suas ações educacionais e administrativas que norteiam todo o fazer escolar, com recursos recebidos também pela APP (Associação de Pais e Mestres) sendo então de responsabilidade na distribuição de serviços educacionais. De acordo com Gadotti (1994), a autonomia e a participação - pressupostos do projeto político-pedagógico da escola - não se limitam à mera declaração de princípios consignados em algum documento. Sua presença precisa ser sentida no conselho de escola ou colegiado, mas também na escolha do livro didático, no planejamento do ensino, na organização de eventos culturais, de atividades cívicas, esportivas, recreativas: não basta apenas assistir reuniões.

A gestão democrática deve estar impregnada por uma certa atmosfera que se respira na escola, na circulação das informações, na divisão do trabalho, no estabelecimento do calendário escolar, na distribuição das aulas, no processo de elaboração ou de criação de novos cursos ou de novos componentes curriculares, na formação de grupos de trabalho, na capacitação dos recursos humanos etc. A gestão democrática é, portanto, atitude e método, sendo necessária, mas não é suficiente, pois precisamos de métodos democráticos de efetivo exercício. Ela também é um aprendizado que demanda tempo, atenção e trabalho.

Segundo o mesmo autor Gadotti (1994), existem algumas limitações e obstáculos à instauração de um processo democrático como parte do Projeto Político-Pedagógico da escola. Entre eles, podemos citar: pouca experiência democrática; a mentalidade que atribui aos técnicos



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA PÚBLICA: O CONSELHO ESCOLAR E O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO COMO INDICADORES DA GESTÃO PARTICIPATIVA
Daniella Fernandes, Adriana Milanez Suzigan

educacionais e apenas a eles a capacidade de governar a própria estrutura de nosso sistema educacional que é vertical; o autoritarismo que impregnou o sistema escolar; o tipo de liderança que tradicionalmente domina a atividade política no campo educacional e que permanece até os dias atuais.

Para Aguiar (2004), o projeto político pedagógico pode se tornar um instrumento poderoso para a gestão democrática na escola, para a formação da consciência coletiva, para a mudança de hábitos, tanto dos alunos, seus familiares e da comunidade em geral, como na imersão do homem na vida pública de sua comunidade. O PPP expressa a reflexão e o trabalho realizado em conjunto por todos os profissionais da escola, bem como às necessidades locais e específicas de sua clientela, é a concretização da identidade da escola.

No entanto, o projeto político pedagógico não é modismo e nem é documento para ficar engavetado em uma mesa na sala da direção da escola. Ele transcende o simples agrupamento de planos de ensino e atividades diversificadas, pois é um instrumento de trabalho que indica rumo, direção, que indica os anseios da comunidade escolar. Tal projeto deve possuir uma dimensão política no sentido de compromisso com a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo (AGUIAR, 2004). O projeto da escola depende sobretudo da ousadia dos seus agentes, da ousadia de cada escola em assumir-se como tal, partindo do perfil do aluno com suas especificidades, com o seu cotidiano e o seu tempo-espço.

Para Veiga e Resende (1998), um projeto político-pedagógico se constrói de forma interdisciplinar. Não basta trocar de teoria como se ela pudesse salvar a escola. A escola que precisa ser salva, não merece ser salva, se chegou a tão baixo nível. O projeto pedagógico da escola pode ser considerado como um importante instrumento de renovação da escola. Projetar significa “lançar-se para a frente”, antever um futuro diferente do presente.

Projeto pressupõe uma ação intencionada com um sentido definido, explícito, sobre o que se quer inovar. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém: uma melhoria para o futuro do que acontece no presente. Um projeto educativo pode ser visto como promessa favorável frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores.

Enfim, um projeto político-pedagógico da escola apoia-se no desenvolvimento de uma consciência crítica, no envolvimento da comunidade interna e externa da escola, na participação e na cooperação das várias esferas de governo, na autonomia, responsabilidade e criatividade como processo e como produto do projeto.

3. CONSIDERAÇÕES

Nesse estudo foram retomadas algumas reflexões que têm sido feitas sobre a gestão educacional na escola pública e objetivou-se enfatizar tópicos ligados à construção da gestão



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA PÚBLICA: O CONSELHO ESCOLAR E O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO COMO INDICADORES DA GESTÃO PARTICIPATIVA
Daniella Fernandes, Adriana Milanez Suzigan

democrática na instituição como a participação efetiva dos agentes educacionais, conselho escolar e PPP. Situou-se os conselhos escolares e o projeto pedagógico como estratégias positivas nessa construção.

No âmbito dessa discussão não há como imaginar um outro caminho para implementarmos uma gestão democrática na educação se não for a possibilidade de propormos políticas, não apenas teóricas, mas executá-las; de nos relacionarmos com o sistema como parte dele, protagonistas de discursos e práticas, não apenas como implementadores de ideologias.

Nesse contexto, deve-se pensar em gestão democrática com a participação comprometida dos atores envolvidos na comunidade escolar, cada um com sua ótica, seus valores e seus anseios, que, com o poder de decisão, estabelecem uma política para a instituição, com a clareza de que são ao mesmo tempo autores e objetos desta política, que devem estar em permanente debate, reflexão, problematização, estudo, aplicação, avaliação e reformulação, em função das mudanças sociais e institucionais, compreendendo que a administração participativa não ocorre espontaneamente, é necessário que seja provocada, procurada, vivida e apreendida por todos os que pertencem à comunidade escolar.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Márcia Ângela da Silva. **Projeto político pedagógico**: retrato da escola em movimento. Brasília: CNTE, 2004.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. **Jusbrasil**, 2022.
<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10650554/artigo-206-da-constituicao-federal-de-1988>

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. São Paulo: Cortez, 1997.

GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. **Autonomia da escola**: princípios e propostas. São Paulo: Cortez, 1997.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**: um estudo introdutório. São Paulo: Cortez, 1994.

HORA, Dinair Leal da. **Gestão democrática na escola**: artes e ofícios da participação coletiva. Campinas: Papirus, 1994.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2001.

PARO, Vitor Henrique. **Escritos sobre educação**. São Paulo: Xamã, 2001.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 1997.

PEREIRA, Sueli Menezes. Refletindo sobre a democratização da gestão escolar a partir das relações entre educação e trabalho. **Revista de Administração Educacional**, Recife, v. 2, n. 6, p. 139-153, jul./dez. 2000.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA PÚBLICA: O CONSELHO ESCOLAR E O PROJETO POLÍTICO
PEDAGÓGICO COMO INDICADORES DA GESTÃO PARTICIPATIVA
Daniella Fernandes, Adriana Milanez Suzigan

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia:** teorias da educação, curvatura da vara, sobre educação e política. 31. ed. Campinas: Autores Associados, 1997.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Planejamento:** projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico. 7. ed. São Paulo: Libertad, 2000.

VEIGA, I. P. A.; RESENDE, L. M. G. **Escola:** projeto político pedagógico. Campinas: Papyrus, 1998.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político Pedagógico da escola:** uma construção possível. 11. ed. Campinas: Papyrus, 1995.